



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

LEI MUNICIPAL Nº 498, DE 27 DE AGOSTO DE 2004

FIXA SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO .

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL
FLORIANO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele
sanciona a seguinte Lei :

Art. 1º- Fica fixado em R\$ 2.100,00 (dois
mil e cem reais) o subsídio mensal dos Vereadores para vigorar na legislatura
que iniciará em **1º de janeiro de 2005**, vedado o acréscimo de qualquer
gratificação, abono, adicional , prêmio, verba de representação, décimo terceiro
subsídio ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único - Do vereador que não
comparecer à sessão , ou não comparecer e não participar da votação, será
descontado **25% (vinte e cinco por cento)** do subsídio mensal, por falta durante
o mês, salvo motivo devidamente justificado, com base no regimento interno da
Câmara Municipal .

Art. 2º- Fica fixado em R\$ 2.500,00 (dois
mil e quinhentos reais) o subsídio mensal do Vereador no exercício da
Presidência da Câmara Municipal , em razão de suas atribuições e
responsabilidades, para vigorar a legislatura que iniciará em **1º de janeiro de
2005**, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, abono, adicional , prêmio,
verba de representação, décimo terceiro subsídio ou outra espécie remuneratória.

Art. 3º- O subsídio dos Vereadores poderá
ser reajustado quando o Prefeito Municipal promover revisão geral em prol dos
servidores públicos municipais, obedecendo os mesmos índices e os limites
estabelecidos pela Constituição Federal e Leis pertinentes.



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Art. 4º- Fica permitido o pagamento de sessão legislativa extraordinária, convocada nos períodos de recesso, pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos Vereadores para apreciar matéria em regime de urgência ou relevante interesse público.

§ 1º - Os períodos de recesso citados no presente artigo são compreendidos entre o dia primeiro a trinta e um de **julho** e quinze de **dezembro** à quinze de **fevereiro**.

§ 2º - Fica fixado em R\$ 1.050,00 (**Um mil e cinquenta reais**), o valor de cada convocação extraordinária, tendo caráter indenizatório.

§ 3º - Havendo realização de sessões legislativas extraordinárias, o pagamento da parcela indenizatória será efetuado ao término de cada período do recesso.

§ 4º - Para cada convocação extraordinária no período de recesso, poderão ser realizadas até quatro sessões extraordinárias.

§ 5º - Para fazer jus ao recebimento da parcela indenizatória, o vereador deverá comparecer a todas as sessões realizadas no curso da convocação, sendo vedada a apresentação de justificativa de ausência de qualquer natureza.

§ 6º - O vereador que comparecer à sessão e não participar de todos os trabalhos ocorridos durante as sessões legislativas extraordinárias não terá direito a receber o pagamento da parcela indenizatória, exceto se acometido de mal súbito.

§ 7º - Verificada a ausência de Vereador nas sessões legislativas extraordinárias, o Presidente comunicará ao Órgão Contábil da Câmara, determinando o não pagamento da parcela indenizatória.

§ 8º - Os valores pagos pelas convocações extraordinárias, não serão computados na despesa total do Poder Legislativo, conforme determina o **art. 29 - A da Constituição Federal**.

Art. 5º- Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder limitações ou reduções no valor dos subsídios fixados nos artigos 1º e 2º, sempre que o total das despesas com a folha de pagamento atingir os limites estabelecidos na **Emenda Constitucional n.º**



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

25/2000, Lei Complementar 101/2000, no art, 29 , VII e art. 37, XI , ambos da Constituição Federal de 1988.

Art. 6º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento vigente , no elemento de despesa **3.1.90.11.000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil** .

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor a partir de **1º de janeiro de 2005** .

Art. 8º- Fica revogada a Lei Municipal nº **373, de 27 de setembro de 2000**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Marechal Floriano, 27 de agosto de 2004

JOÃO CARLOS LORENZONI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano
SANCIONO A PRESENTE LEI

QUE RECEBE O Nº

498 / 2004

EM, 27 / 08 / 2004

João Carlos Lorenzoni
PREFEITO MUNICIPAL

João Carlos Lorenzoni
Prefeito

Prefeitura Mun. de M. Floriano - ES